

SABERES NECESSÁRIOS À FORMAÇÃO DE PROFESSORES LIÇÕES DA EXPERIÊNCIA¹

Telma Bonifácio dos Santos Reinaldo²
(Doutora em Ciências da Educação)

Universidade Federal do Maranhão – Campus São Luís (dehis@ufma.gov.br)

Resumo

O trabalho docente vem passando por modificações sob o impacto das transformações que sofrem a sociedade hodierna e a escola como instituição formadora e organização aprendente, exigem dinâmicas que conduzam a uma reconfiguração da profissão docente, das práticas pedagógicas e do trabalho do professor em sala de aula. A questão articuladora dessa reflexão, diz respeito, portanto, à apreensão de como “ser professor” se transforma e se reconfigura sob a influência das políticas de educação nacional e das mudanças por que passa a nossa sociedade.

Palavras – chaves: Formação de Professores. Políticas Educacionais. Transformação.

Introdução

Por óbvio que desde as corporações de professores e alunos da Idade Média até os dias atuais a escola e o trabalho docente sofreram transformações, expressas em sua identidade, qualificação, atualização e adaptação as mudanças aceleradas e contraditórias que vivenciamos. Para refletir sobre tais mudanças tomamos por referencia o pensamento de Peter Senge (2012) Bernard Charlot (2013), Miguel Zabalza (2014), e Francisco Imbérnon (2015) autores que tratam das mudanças que ocorreram na profissão docente. Partimos do lugar de exercício da profissão docente – a escola que para Marcovitch (2008) é ,

Por si mesma uma revolução permanente com etapas que se antecipam ou retardam, conforme decisões exigidas pelos contextos históricos. Os gestores em todo o mundo defrontam-se agora com um cenário de mudanças jamais verificado na longa história do ensino e da pesquisa. Trata-se de um processo em plena evolução e que deve ser cuidadosamente observado. Essas mudanças não ocorrem somente no exercício da profissão docente, mas também na estrutura administrativa das instituições (MARCOVITCH, 2008, p.1).

A escolha dessa temática foi uma decisão acadêmica e pessoal que resultou de nossas preocupações e reflexões a respeito dos rumos que toma o trabalho realizado pelos estagiários em situação de regência de classe e seus supervisores técnicos que são os professores na escola de

¹ Artigo oriundo da troca de experiências no contexto do Estágio Curricular Supervisionado do Curso de História-UFMA/São Luís-Ma, no 2º semestre de 2015 e 1º semestre letivo de 2016 com um grupo de 10 alunos que estagiaram no Liceu Maranhense.

² Professora Doutora em Ciências da Educação Adjunta IV do DEHIS, Coordenadora e Supervisora de Estágio Curricular Supervisionado do Curso de História-UFMA/São Luís - Ma. (telmabonifacio71@gmail.com bomfarao@hotmail.com).

educação básica e, de certa forma, essa escolha também resulta de nossa trajetória como professora de estágio curricular supervisionado nas Licenciaturas, trazendo, por certo, as marcas das experiências vividas nesse percurso.

Nossa trajetória profissional na educação superior, na docência, na pesquisa e no exercício de outras funções acadêmicas, possibilitou-nos acumular experiências em gestão de ensino, coordenação e supervisão de estágio na formação de professores, bem como na orientação de trabalhos de conclusão de curso, na coordenação de programas de formação de professores como o Parfor e em assessorias na reformulação de projetos pedagógicos de cursos de graduação.

Tais experiências nos possibilitaram chegar até aqui com cabedal de saberes experienciais que nos possibilitam refletir sobre o que nos apontam os teóricos dessa área de conhecimentos e as aprendizagens significativas que adquiridos em contrapartida por todo esse tempo.

Repensando a escola e a formação docente

Ao vivenciarmos na gestão acadêmica os reflexos das políticas de educação brasileira, pautadas nas exigências de produtividade aos professores e ao mesmo tempo guiada pela avaliação interna e externa pelas quais passamos, sentimos a necessidade de nos ajustar às novas diretrizes curriculares emanadas do Ministério da Educação que orientam os processos formativos, visto que sempre estivemos a pensar em como lidar com os futuros professores ou professores em exercício da docência, neste percurso.

Para compreender a fala desses sujeitos que estão vivenciando as experiências de ser professor é que utilizamos tais registros ao longo de nossa trajetória profissional, por vezes professora ou supervisora docente de algumas dezenas de alunos (as) que concluem ou concluíram sua formação acadêmica. São as vozes desses futuros e /ou professores já formados no exercício da docência, captadas em alguns momentos de formação pedagógica, entrelaçadas com nossas (des) orientações nos momentos de consecução de trabalhos acadêmicos, que nos motivaram a refletir sobre essa problemática.

Partimos da premissa defendida pelos autores citados nesse contexto, de que a docência é um trabalho que exige mudanças frequentes, portanto é um trabalho complexo, não sendo possível ter controle total sobre ele, segundo Fullan (2002), devemos passar por oito lições:

1. O que é importante não pode ser imposto por mandato;
2. A mudança é uma viagem, não um projeto estabelecido;
3. Os problemas são nossos amigos;
4. A visão e o planejamento estratégico são posteriores;
5. O individualismo e o coletivismo devem ter um poder equitativo;

6. Nem a centralização e nem a descentralização funcionam;
7. As conexões com entorno mais amplo são essenciais para o sucesso;
8. Todas as pessoas são agentes de mudança.

Com vistas a explicar a luz das lições desse autor, as minhas experiências como formadora iremos utilizando cada uma das premissas contextualizada pela fala dos alguns sujeitos, sejam eles professores e ou estagiários de História e Pedagogia, cursos que tenho recorrentemente trabalhado como formadora de professores.

1. O que é importante não pode ser imposto por mandato: Vivemos uma época onde os objetivos /fins (pareceres, resoluções) consignados à educação não são claros. Se a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) estabelece os fins da educação nacional na sua prática nos revela que, em virtude do elevado grau de generalidade desse documento, eles têm servido mais para justificar as políticas/reformas educacionais nesse contexto do que melhorar a educação.

Como Senge (2012) define, vivemos um tempo no qual precisamos aprender a aprender os deveres que são atribuídos à escola, não dão conta de guiar as ações da instituição que se ocupa de prefigurar o destino e o bem-estar dos cidadãos e, através deles, o da sociedade.

Portanto, nos resta aproveitar as experiências significativas do nosso devir profissional para alcançarmos um futuro melhor e isso é possível no processo formativo e educativo do futuro e presente professor, porque as leis que regem nossa educação não nos garantem o sucesso almejado, já que tais leis que são impessoais e rígidas o suficiente para não nos humanizar, ficando claro que não podemos educar por mandatos, embora devamos mudar.

2. A mudança é uma viagem, não um projeto estabelecido: para Imbérnon (2015) escola está desconcertada ou melhor descontextualizada, foi pensada na modernidade como lugar de seleção e uniformização, numa leitura de negação da diversidade, onde os professores estavam a vontade no estatismo educacional e na homogeneização e padronização da educação. **Os problemas são nossos amigos:** conforme Freire (1970) precisamos desenvolver a pedagogia da pergunta, pois até hoje nós professores utilizam a pedagogia da resposta, respondemos as suas próprias perguntas, quando as fazem aos seus alunos. Freire (1970) e Charlot (2013) destacam que “o fracasso escolar não existe, o que existe são alunos em situação de fracasso”, essa afirmação traz uma perspectiva nova do problema educacional que mais nos aflige: a repetência e a evasão escolar.

3. A visão e o planejamento estratégico são posteriores: A LDB 9394/96 que nos impôs a prerrogativa da gestão escolar através do Projeto Político Pedagógico que orienta de

forma estratégica as propostas a serem seguidas no ambiente escolar. Planejamento Estratégico é uma metodologia que permite estabelecer a direção a ser seguida pela organização escolar visando melhor grau de interação no ambiente educativo, considerando a capacitação dos indivíduos envolvidos nesse contexto e proporcionando a consciência das oportunidades e ameaças, seus pontos fortes e fracos, e o cumprimento da missão e da visão que devemos seguir viabilizado pelo Projeto Político Pedagógico, tendo em vista resultados, a partir de um planejamento coletivo, para podermos antever a visão e a missão da escola; que escola queremos e como queremos educar nossos alunos. Primeiro precisamos saber onde queremos chegar (Charlot, 2013, p.32).

4. O individualismo e o coletivismo devem ter um poder equitativo;

As experiências inovadoras da escola atual deveriam buscar alternativas de um ensino mais participativo, em que o protagonista do monopólio do saber, “o professor”, compartilhe seus conhecimentos e suas experiências com outras instancias socializadoras dentro e fora do ambiente escolar. “A união faz a força (Zabalza, 2014)”.

5. Nem a centralização e nem a descentralização funcionam;

“A centralização e a descentralização vêm da abordagem empresarial Neoclássica, assumida pela Abordagem Clássica e Humanista onde os processos de: planejamento, organização, direção e controle incluem pessoas.” (SENGE, 2012).

Com a descentralização, a autoridade de tomar decisões é deslocada para os níveis mais baixos da organização. (Chiavenato, 2002), ficando claro que as escolas podem ser recriadas, vitalizadas e renovadas de forma sustentável, não por decreto ou ordem e nem por fiscalização, mas pela adoção de uma orientação aprendente.

6. As conexões com o entorno mais amplo são essenciais para o sucesso;

As Comunidades de Aprendizagem implicam todas as pessoas, as quais de forma direta ou indireta influenciam na aprendizagem e no desenvolvimento das alunos, incluindo professorado, familiares, amigos e amigas, moradores e moradoras do bairro, membros de associações e organizações do bairro e local, pessoas voluntárias.

8. Todas as pessoas são agentes de mudança.

Mediante o diálogo, transformamos as relações, nosso entorno e nosso próprio conhecimento, de maneira que “a aprendizagem dialógica se produz em interações que aumentam a aprendizagem instrumental, favorecendo a criação de sentido pessoal e social, guiadas por princípios solidários nos quais a igualdade e a diferença são valores compatíveis e mutuamente enriquecedores” (Aubert, A.; Flecha, A.; García, C.; Flecha, R.; Racionero, S.; 2008, p. 167).

Considerações Finais

Consideramos que a razão primeira da escolha desse tema seja o fato de, no exercício da sala de aula como professora formadora termos esperanças que no futuro teremos uma sociedade mais justa e mais solidária e em decorrência disso, teremos na escola o caminho para o desenvolvimento e aprimoramento da sociedade humana.

Assim, precisamos conhecer as barreiras que impedem a assunção desse direito e para tanto desenvolvermos atitudes inclusivas como condição necessária ao desenvolvimento humano.

Em relação à escola que temos hoje, a mesma não está cumprindo com seu dever de casa, ou seja, oferecer oportunidades de aprendizagens a todos, pois no momento em que o aluno fica reprovado ou se evade durante o ano letivo e a escola através de seus gestores, não procura saber a causa desse fenômeno tão frequente na escola; não está cumprindo com o seu dever. Não se trata de encontrar culpados, mas sim de tratar do problema para que ele vá desaparecendo lentamente até ao momento em que a entrada e a saída dos alunos ocorram no momento certo.

Este paradigma exige uma resignificação das concepções e práticas dos formadores para compreenderem a complexidade humana, que não tem tempo e nem lugar fixo, e que devem ser feitas e refeitas constantemente em cada um dos alunos que chegam à escola contribuindo para transformar a realidade histórica de segregação escolar que temos até hoje.

Para o sucesso da educação, Zabalza (2014) propõe,

Uma escola bela, rica de estímulos e de fascinação pelo saber; uma escola para escutar, uma escola aberta, uma escola de muitas linguagens, uma escola da diversidade, das excelências, uma escola científica e do pensamento crítico, da criatividade. Essa escola deverá ter bons professores, que seria o fator preponderante no sucesso dos alunos; deverá, aos poucos, deixar as salas de aula e usar as oficinas. Uma escola que se proponha a “perder o tempo dos alunos”, quebrando a ideia de horários fragmentados, com sinais industriais.

Em uma perspectiva inovadora, o autor define a escola ideal como uma escola sem cargas horárias densas e cronometradas, enfim, como um lugar de diversão, de descoberta e de aprendizagem, sem supervisão ou medo.

Referencias

AUBERT, A.; FLECHA, A.; GARCÍA, C.; FLECHA, R.; RACIONERO, S. Aprendizaje dialógico en la Sociedad de la Información. Barcelona: Hipatia, 2008.

CHARLOT, Bernard. Da relação do saber com as práticas educativas. São Paulo: Cortez Editora, 2013.

CHIAVENATO, I. Introdução à Teoria Geral da Administração. Rio de Janeiro: Campus, 2012

IMBERNÓN, Francisco (Orgs.). Pensando no futuro da educação: uma nova escola para o século XXII. Porto Alegre: Penso, 2015

FREIRE, Paulo Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FULLAN, M. Los nuevos significados del cambio en la educación. Barcelona. Octaedro. 2002

MARCOVITCH, J. A informação e o conhecimento. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 2008.

PETER, Senge et all. Escolas que aprendem: um guia da Quinta Disciplina para educadores, pais e todos que se interessam pela educação. Porto Alegre: Artmed, 2005.

ZABALZA, Miguel. O estágio e as práticas em contextos de formação universitária. São Paulo: Cortez Editora, 2014.